

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PFE/INSS

Reunião Técnica Nacional da PFE/INSS: alinhando  
estratégias para a eficiência da atuação.  
Bento Gonçalves/RS, 26 a 29 de novembro 2018

**SORAYA BUENO DO NASCIMENTO ARANTES**

Coordenadora do GT Minutas da PFE/INSS  
Coordenadora Técnica da Câmara de Minutas do  
DEPCONSU/PGF

- 1) Atualização das minutas-padrão de Licitações e Contratos do INSS
- 2) IN/SEGES Nº 2/2018 - Compra Institucional de alimentos fornecidos por agricultores familiares e pelos demais beneficiários da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006
- 3) IN/SEGES Nº 3/2018 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF
- 4) Cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas - IN/SEGES Nº 6/2018
- 5) Alterações no Sistema de Registro de Preços - Decreto Nº 9.488/2018

# **CRIAÇÃO DO GT – EXPANSÃO DA REDE**

**Portaria PFE-INSS/GAB nº 98, de  
27/03/2009**

**Nome: GT – Expansão da Rede**

**Objetivo: Promover estudos e analisar a juridicidade das  
minutas padronizadas propostas pelas áreas técnicas do  
INSS visando à orientação no âmbito da PFE/INSS.**

**Temporário: 6 meses**

# TRANSFORMAÇÃO NO GT - MINUTAS

PORTARIA PFE-GAB/INSS Nº 155, de 28 de junho de 2011

Transformar em permanente o GT e alterar a denominação para “GRUPO DE TRABALHO – MINUTAS-PFE/INSS”.

Ficam mantidas as atribuições e a estrutura organizacional original e acrescentada a atribuição de manter atualizadas as minutas padronizadas em conformidade com as alterações normativas, as orientações e a jurisprudência vinculante.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES/MP Nº 5/2017**

ARTS. 29 e 35 - Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência/Projetos Básicos, atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União e quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES/MP Nº 5/2017**

ARTS. 29 e 35 – MINUTAS - REGRAS VÁLIDAS  
SOMENTE PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DE  
SERVIÇOS, INCLUSIVE DE ENGENHARIA, E  
EXCLUÍDOS OS SERVIÇOS DE TI, QUE TÊM NORMA  
PRÓPRIA.

NÃO VALEM PARA AQUISIÇÕES E OBRAS

# **criação da câmara permanente de minutas do DEPCONSU/PGF**

**PORTARIA Nº 619, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017**

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU a Câmara Permanente de Minutas, com o objetivo de elaborar e atualizar modelos de minutas padronizadas de editais, termos de referência e contratos administrativos a serem utilizados pelos órgãos de execução da PGF nas atividades de consultoria jurídica prestada às autarquias e fundações públicas federais. (g.n.)

# **CÂMARA PERMANENTE DE MINUTAS DO DEPCONSU/PGF**

MEMORANDO-CIRCULAR n. 0007/2018/DEPCONSU/PGF/AGU  
Brasília, 02 de maio de 2018 - NUP 00407.070813/2017-41.



# **CÂMARA PERMANENTE DE MINUTAS DO DEPCONSU/PGF**

Modelos de minutas padronizadas relativos à licitação e contratação dos serviços continuados de vigilância patrimonial, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva:

editais de pregão eletrônico para registro de preços,  
termo de referência,  
contrato administrativo;  
ata de registro de preços.

Modelo de lista de verificação para contratação de serviços.

# **GT MINUTAS – PFE/INSS**

Atualização das Minutas até Junho/2017, com adequações para a IN/SEGES/MP nº 05/2017 - NUP 00933.000645/2017-78;

Aprovação em 26 de outubro de 2017;

Publicação – na página da PFE/INSS e na página da CGRLOG.

# **GT MINUTAS – PFE/INSS**

Memorando-Circular Conjunto nº 2/CGMADM/  
CGRLOG/CGEPI/INSS - 01/08/2018

- a) não deverá mais ser utilizada a minuta padrão de vigilância ostensiva aprovada pelo GT-Minutas, mas sim a aprovada pela CPMINUTAS/PGF, [...]quando se tratar de licitação pelo Sistema de Registro de Preços;
- b) em caso de licitação que não preveja o Sistema de Registro de Preços, deverá ser utilizada também a referida minuta, com a exclusão das previsões a respeito e demais adaptações necessárias;

# **GT MINUTAS – PFE/INSS**

c) o GT-Minutas não aprovará novas minutas-padrão para outros serviços, mas continuará atualizando as minutas já aprovadas (limpeza e conservação, locação de veículos, reprografia A, reprografia B, manutenção de equipamentos de informática, manutenção de portais detectores de metal, aquisição de material de consumo ou permanente e aquisição de combustível), as quais deverão continuar sendo utilizadas pelo INSS até que sobrevenha minuta padrão divulgada pela CPMINUTAS/PGF ou CPMLC/AGU;

# **GT MINUTAS – PFE/INSS**

d) não deverão mais ser utilizadas as minutas genéricas aprovadas pelo GTMinutas; E

e) para os demais serviços não abrangidos pelas minutas específicas já aprovadas, deverão ser adotadas as minutas aprovadas pela CPMLC/AGU, [...] com as adequações aos entendimentos vinculantes da PGF.

# **GT MINUTAS – PFE/INSS**

PORTARIA/CGU/AGU Nº 37 DE 10 DE OUTUBRO DE 2018

# GT MINUTAS – PFE/INSS

AS MINUTAS DA AGU, PGF E PFE-INSS ESTÃO  
DESATUALIZADAS

# GT MINUTAS – PFE/INSS

Conta-Depósito Vinculada - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO:  
Conta aberta pela Administração em nome da empresa  
contratada, destinada exclusivamente ao pagamento de férias,  
13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos  
trabalhadores da contratada, não se constituindo em um fundo de  
reserva, utilizada na contratação de serviços com dedicação  
exclusiva de mão de obra.

**JUSTIFICAR – PROCESSO 00695000230/2014-10 - SIPPS**

**881842190**



# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

É um dos instrumentos de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, das verbas rescisórias, dentre outros eventos, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

- Portaria/MP nº 409/2016 – art. 2º, § 2º, IV, ‘a’;

- Instrução Normativa/SEGES nº 05 - ANEXO VII-B DIRETRIZES  
ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO -

1.1. A adoção **do Pagamento pelo Fato Gerador só é admitida após  
publicação do Caderno de Logística** a que faz referência o inciso II do  
1º do art. 18, desta Instrução Normativa. (g.n.);

II - Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, alínea “a” do inciso  
/ do art. 8º.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

**Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 -**

Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Art. 7º **É vedada** a inclusão de disposições nos instrumentos convocatórios que permitam:

- **a indexação de preços por índices gerais**, nas hipóteses de **alocação de mão de obra**;

# GT MINUTAS – PFE/INSS

Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 -

Nas contratações de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra – pode ser adotado índice geral.

Nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra – repactuação da mão de obra + reajuste por índices dos insumos.

Qual índice?

# **GT MINUTAS – PFE/INSS**

**Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 -**

**Parecer Normativo nº AGU/JT-02/2009, que aprovou o PARECER Nº  
AGU/JTB 01/2008**

# GT MINUTAS – PFE/INSS

**Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 -**

**DECRETO No 2.271, DE 7 DE JULHO DE 1997.**

**Art . 4º, I - Veda a inclusão de disposições nos instrumentos contratuais que permitam indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos.**

**Lei nº 10.192/2001 - Art. 2º Admite a estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.**

# GT MINUTAS – PFE/INSS

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 23/2009 – "O EDITAL OU O CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO DEVERÁ INDICAR O CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, SOB A FORMA DE REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO, **ADMITIDA A ADOÇÃO DE ÍNDICES GERAIS, ESPECÍFICOS OU SETORIAIS**, OU POR REPACTUAÇÃO, PARA OS CONTRATOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PELA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA VARIAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CUSTOS.”(g.n.)

**Permite a utilização de quaisquer dos índices autorizados na legislação de regência** para o fim de efetivar-se o reajuste em sentido estrito nos contratos administrativos com prazo de um ano ou mais.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

**Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 -**

**Portaria/MP nº 409/2016 – veda a utilização de utilização de índices gerais.**

**IN nº 05/2017-SEGES/MPDG:**

**- prevê somente os índices específicos ou setoriais nos arts. 53 e 51, não traz nenhuma vedação genérica de adoção de índices gerais;**

**o item 7 do Anexo IX (IN Nº 02/2008-SLTI/MPOG, após a atualização pela IN nº 06/2013) fixa a presunção de vantajosidade da prorrogação.**



# GT MINUTAS – PFE/INSS

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses: (...)

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);

# GT MINUTAS – PFE/INSS

PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

ACADERNO PUBLICADO NO DIA 07/11/2018.

Garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, de que os valores destinados ao pagamento de **férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias** dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados **serão efetuados pela contratante à contratada somente na comprovação da ocorrência do fato gerador.**

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

Essa metodologia visa garantir que a Administração se responsabilize tão somente pelo pagamento dos custos decorrentes de eventos efetivamente ocorridos, MITIGANDO pagamentos dos custos estimados existentes nas propostas de prestação de serviços que muitas vezes não se realizam, a exemplo de valores para rescisão, férias legais, e os auxílios maternidade e paternidade, dentre outros.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

Não comprovados os eventos trabalhistas, dentre outros futuros e incertos, que dariam ensejo ao pagamento pela Administração, esses não comporão os custos finais para pagamento do contrato.

O contratado tem mera expectativa de direitos sobre o recebimento pela sua prestação de serviço considerando que, enquanto esta não se realiza e é devidamente aferida pelo fiscal, não gera direito adquirido pelo seu recebimento.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

Para o fornecedor, a efetivação de seu direito somente nasce quando da comprovação ou realização de evento programado na sua composição de custos. Se esses não ocorrem, o direito não se consolida. Cita-se como exemplo, a não ocorrência das seguintes rubricas (i) licenças maternidade e paternidade; (ii) óbitos na família; (iii) verbas de rescisão; (iv) ausências legais.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

eventual saldo orçamentário no encerramento do exercício, ou ao final da vigência do contrato com a empresa prestadora de serviço, não será objeto de liberação ou repasse à empresa, considerando inclusive o que preconiza o art. 63 da lei nº 4.320, de 1964, a seguir *in verbis*, em que a verificação do direito adquirido pelo credor tem por base os títulos e documentos que comprovem o respectivo crédito.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

Lei nº 4.320, de 1964

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

...]

2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: [...]

II - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.”

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

Ao longo da execução contratual, haverá meses em que não ocorrerão eventos passíveis de pagamento pelo fato gerador, de modo que estes não serão contabilizados. Assim, apesar de existir o aporte orçamentário de todos os custos previstos na proposta inicial do licitante, não há direito adquirido de pagamento sem comprovação das ocorrências.



# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

Pagamento pelo Fato Gerador percorre as três fases do procedimento de contratação - planejamento, seleção do fornecedor e gestão do contrato.

### - PLANEJAMENTO

a) Gerenciamento de Riscos: incluir no Mapa de Riscos o Pagamento pelo Fato Gerador como **mecanismo de controle interno utilizado para tratar os possíveis riscos** de descumprimentos das obrigações trabalhistas e verbas rescisórias dos trabalhadores por parte da contratada, mitigando a responsabilidade subsidiária da Administração

# GT MINUTAS – PFE/INSS

Nº 5, de 2017 - Art. 18, §§ 1º e 2º

Para contratações de serviços com D.E. o **Gerenciamento de Riscos** obrigatoriamente contemplará o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, por:  
- Conta-Depósito Vinculada; ou  
- Pagamento pelo Fato Gerador

**A adoção de um dos critérios deverá ser justificada com base na avaliação da relação custo-benefício.**

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

b) Termos de Referência ou Projeto Básico: incluir no item “modelo de gestão do contrato e critérios de medição de pagamento” que será utilizado o Pagamento pelo Fato Gerador como mecanismo de controle interno da contratação.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

) Ato convocatório:

- .1. Prever expressamente a adoção do Pagamento pelo Fato Gerador
- .2. Obrigação do fornecedor de apresentar a proposta contemplando o valor total/global dos custos da contratação;
- .3. Demonstração de como se dará o pagamento e as liberações quando da ocorrência dos eventos;
- .4. Indicar quais rubricas serão objeto de pagamento mensal normal;

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

) Ato convocatório:

5. Indicar quais rubricas não serão parte integrante dos pagamentos mensais à contratada, devendo ser pagos pela Administração à contratada somente na ocorrência do seu fato gerador, seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados previstas em edital;

6. Indicar as condições em que os pagamentos das referidas rubricas somente serão liberadas;

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

) Ato convocatório:

.7.) Consignar que a não ocorrência dos fatos geradores discriminados acima não gera direito adquirido para a contratada das referidas verbas ao final da vigência do contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no instrumento contratual e anexos;

.8) Elaborar elaboração da planilha de custos e formação de preços com as especificidades;

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

### I - Seleção do Fornecedor

Nesta fase o órgão ou entidade deve, obrigatoriamente, quando do julgamento das propostas, verificar se estas contemplam o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

### II - Gestão do Contrato

- a) Realizar o empenho da despesa;
- b) Observar que a liquidação da despesa depende de prévia comprovação dos serviços prestados pelo contratado;
- c) Verificar os requisitos legais da emissão de empenho e liquidação e destacar do valor mensal do contrato aquelas rubricas da planilha de formação de preços que não foram comprovadas a sua ocorrência



# GT MINUTAS – PFE/INSS

## PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

### II - Gestão do Contrato

1) A autorização pela Administração para o pagamento dos valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previstas na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, somente será expedida após a comprovação efetiva (documentação comprobatória) das ocorrências pelo contratado, no momento esse que se dará o direito adquirido ao recebimento;

2) emitir Nota de Empenho no valor correspondente ao resultado comprovado pelo fornecedor.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo art. 19, da Lei n. 10.696/2003, com a finalidade, dentre outras de: I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; e IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

# **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

**LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.**

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O art. 17 da Lei n. 12.512/2011 autoriza o Poder Executivo Federal, estadual, municipal e do Distrito Federal a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários dos agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por dispensa de licitação, desde que atendam regras específicas quanto aos os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado; o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos por fornecedor; e que os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários desses fornecedores.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Decreto n. 7.775/2012 registra que o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA poderá ser executado por meio de compra institucional, isto é, "compra da agricultura familiar, por meio de **chamada pública**, para o atendimento de demandas de gêneros alimentícios ou de materiais propagativos, por parte de órgão comprador e, nas hipóteses definidas pelo Grupo Gestor do PAA - GGPAA, para doação aos beneficiários consumidores."; (g.n.)

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, estabelece no art, 1º, §§ 1º e 2º, do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e entidades de que trata o caput, pelo menos 30% (trinta por cento) DEVERÃO ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Decreto n. 7.775/2012, em seu art. 9º fixa a destinação dos alimentos adquiridos no âmbito do PAA e no inciso VI, estabelece que “o abastecimento dos órgãos e das entidades da administração pública, direta e indireta”.

Então, a compra de café e açúcar se enquadra no PAA?

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

No Catálogo de produtos ofertados pela agricultura familiar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social de 2018, o CAPÍTULO 4 apresenta os Principais produtos ofertados no Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade PAA - Compra Institucional, entre eles açúcar, demerara, cristal e mascavo, e café. (

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/Simposio\\_PAA/SIMPOSIO\\_NACIONAL/Catalogo\\_Produtos\\_Agricultura\\_Familiar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/Simposio_PAA/SIMPOSIO_NACIONAL/Catalogo_Produtos_Agricultura_Familiar.pdf), p. 13)



# **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES Nº 2, DE 29/03/2018**

Dispõe sobre a Compra Institucional de alimentos fornecidos por agricultores familiares e pelos demais beneficiários da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006.

### **PERGUNTAS E RESPOSTA**

**1 - Quais órgãos e entidades devem destinar, anualmente, no mínimo 30% dos seus recursos para a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, silvicultores, povos indígenas, quilombolas e demais beneficiários da Lei n.º 11.236, de 2006?"**

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/agricultores-familiares-faq>)

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

## INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES Nº 2, DE 29/03/2018

**Todos** os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) direta, autárquica e fundacional devem observar o percentual mínimo exigido. O **caput** do art. 2º da

[Instrução Normativa nº 2, 29 de março de 2018](#), reforça esta obrigação, instituída originariamente pelo § 1º do art. 1º do [Decreto nº 8.473, de 2015](#).”

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/agricultores-familiares-faq>)

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O Art. 2º do Decreto nº 8.473/2015 autoriza deixar de observar o referido percentual nos seguintes casos:

- não recebimento do objeto, em virtude de **desconformidade do produto ou de sua qualidade com as especificações demandadas**

I - **insuficiência de oferta na região**, por parte agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na [Lei nº 11.326, de 2006](#), para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou

II - **aquisições especiais, esporádicas ou de pequena quantidade**, na forma definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Do que se conclui o percentual mínimo é de 30% para aquisição de tais produtos, ou seja, é possível a utilização da totalidade dos recursos destinados às aquisições de gêneros alimentícios do PAA, desde que provenientes da agricultura familiar e suas organizações e empreendimentos.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

## INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES Nº 2, DE 29/03/2018

Conforme o disposto no § 1º do art. 2º da IN nº 2, de 2018, alguns órgãos e entidades específicos (vide próxima pergunta) **podem optar** pela compra dos alimentos da agricultura familiar por meio de **chamada pública, com dispensa de licitação, no âmbito da Compra Institucional, uma das modalidades de execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nos demais casos, os órgãos e entidades devem observar a regra geral de realização de procedimento licitatório prévio para atingir o percentual mínimo exigido.**” (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/agricultores-familiares-faq>)

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES Nº 2, DE 29/03/2018

Art. 2º, § 1º - somente autoriza a dispensa de licitação ao

ornecimento regular de alimentos da agricultura familiar a indivíduos:

Em situação de insegurança alimentar e nutricional;

Atendidos pela rede socioassistencial;

Atendidos por equipamentos de alimentação e nutrição e pelas demais ações de alimentação e de nutrição financiadas pelo Poder Público;

Atendidos pela rede pública de ensino e de saúde; ou

Sob a custódia do Estado, em estabelecimentos prisionais e em unidades de internação do sistema socioeducativo.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES Nº 2, DE 29/03/2018

Art. 2º, § 1º, II – se os destinatários não forem os relacionados anteriormente, deve-se licitar a aquisição de alimentos garantindo o **percentual mínimo de 30%** para os agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, e que tenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

# AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

## CONCLUSÃO:

Para as aquisições de açúcar e café pelo INSS deve garantir o percentual mínimo 30%, podendo ser até 100%, para os fornecedores da agricultura familiar e suas organizações e empreendimentos **EXCETO** se houver justificativa em algumas das hipóteses do art. 2º do Decreto nº 8.473/2015.



# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

O SICAF será disponibilizado em uma versão totalmente digital. O sistema contará com integração automatizada de dados com a Receita Federal do Brasil-RFB e outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, permitindo acesso às informações cadastrais de fornecedores e certidões federais.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

**SICAF** - Não será mais necessária a apresentação de documentos físicos, os documentos deverão ser apresentados digitalmente e o cadastramento do fornecedor interessado, ou quem o represente não precisará mais se deslocar para uma unidade cadastradora, basta acessar o sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com emprego do certificado digital, prestando as informações necessárias, e apresentando digitalmente a documentação exigida para cada nível.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

**SICAF –**

Diferença entre credenciamento e cadastramento.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

## **SICAF – Ocorrências Impeditivas Indiretas**

Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da empresa sempre que ocorrer de abuso da personalidade jurídica, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

**SICAF – Ocorrências Impeditivas Indiretas**

**Três características:**

- a) a completa identidade dos sócios-proprietários;
  - b) a atuação no mesmo ramo de atividades;
  - c) a transferência integral do acervo técnico e humano, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.
- ACÓRDÃO TCU Nº 1.831/2014-PLENÁRIO)**

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

**ACÓRDÃO TCU nº 495/2013- PLENÁRIO Ementa:**

Recomendação à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de que: a) desenvolva mecanismo, no âmbito do SICAF, que permita o cruzamento de dados de sócios e/ou de administradores de empresas que tenham sido declaradas inidôneas e de empresas fundadas pelas mesmas pessoas, ou por parentes, até o terceiro grau, que demonstrem a intenção a participar de futuras licitações;

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

b) oriente todos os órgãos/entidades do Governo Federal, caso nova sociedade empresária tenha sido constituída com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992, a adotar as providências necessárias à inibição de sua participação em licitações, em processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa a todos os interessados. (g.n.)

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

Superior Tribunal de Justiça (STJ) RO em Mandado de Segurança nº 15.166/BA: ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SANÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. EXTENSÃO DE EFEITOS À SOCIEDADE COM O MESMO OBJETO SOCIAL, MESMOS SÓCIOS E MESMO ENDEREÇO. FRAUDE À LEI E ABUSO DE FORMA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DA INDISPONIBILIDADE DOS INTERESSES PÚBLICOS.



# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

Sugestão de leitura

APLICAÇÃO DOS INDÍCIOS DE IMPEDIMENTO INDIRETO DO  
SICAF de VICTOR AGUIAR JARDIM DE AMORIM, disponível em  
[https://sollicita.com.br/Content/ConteudoDinamico/  
MaterialProfessores/pkwjdrmlmpedimento\\_indireto.pdf](https://sollicita.com.br/Content/ConteudoDinamico/MaterialProfessores/pkwjdrmlmpedimento_indireto.pdf)

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

**LEI Nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção**

Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

**LEI Nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção**

**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO**

**Art. 8º A instauração e o julgamento de processo**

**administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa**

**jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou**

**entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que**

**agirá de ofício ou mediante provocação, observados o**

**contraditório e a ampla defesa. (g.n.)**

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

Art. 29. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

§ 1º A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018

Art. 29.

§ 2º É necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 3º **O disposto neste artigo deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, contratação e pagamento,**  
previstos nos arts. 28 e 29.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

Art. 30. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018**

Art. 31. A cada pagamento ao fornecedor a Administração  
realizará consulta ao Sicaf para verificar a manutenção das  
condições de habilitação, observadas as seguintes condições:  
...]

/I - somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou  
outro interesse público de alta relevância, devidamente  
justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão  
ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em  
execução com empresa ou profissional que estiver irregular no  
Sicaf.

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018

PARECER Nº 08/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU

“40. Se esse é o entendimento para as penalidade mais grave, não há razão para deixarmos de adotar essa mesma lógica para as penalidades menos gravosas. Assim, a aplicação das referidas penalidades de suspensão temporária impedimento do art. 7º da Lei nº 10.520/02 não deve gerar rescisão unilateral automática de contratos administrativos em curso. Por óbvio, isso não significa que a rescisão unilateral por interesse público não possa ser decretada. ....



# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018

PARECER Nº 08/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU

“40. ....Nada impede que a Administração Pública, motivada pela ponderação de princípios como continuidade do serviço público, economicidade, probidade e moralidade, possa chegar a conclusão de que não deve prosseguir com relação contratual. Essa é uma alternativa válida. Contudo, não se pode deixar de considerar que a simples aplicação da suspensão temporária ou do impedimento, por si só, não deve motivar a rescisão unilateral automática:....”

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.(g.n.)

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018

TST - IRR-190-53.2015.5.03.0090 - INCIDENTE DE RECURSO DE REVISTA REPETITIVO. TEMA Nº 0006. CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 191 DA SBDI-1 DO TST VERSUS SÚMULA Nº 42 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO [...] IV) Exceto ente público da Administração Direta e Indireta, se houver inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas por empreiteiro que contratar, sem idoneidade econômico-financeira, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações, em face de aplicação analógica do artigo 455 da CLT e culpa *in eligendo*. (30/06/2017)

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EFEITO MODIFICATIVO.

INCIDENTE DE RECURSO DE REVISTA REPETITIVO. TEMA Nº 0006.

CONTRATO DE EMPREITADA. DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE.

DECISÃO DE CARÁTER VINCULANTE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS [...]

4. Embargos de declaração providos para, ao sanar omissão, mediante

a atribuição de efeito modificativo, acrescer ao acórdão originário a

tese jurídica nº 5, de seguinte teor: “5ª) O entendimento contido na

tese jurídica nº 4 aplica-se exclusivamente aos contratos de

empreitada celebrados após 11 de maio de 2017, data do presente

ulgamento”. (19/10/2018)

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018

Os instrumentos convocatórios e os contratos de obras públicas deverão prever, no mínimo, cláusulas que:

- exijam, durante a execução contratual, o **cumprimento de Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente**, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da **legislação em vigor**;
- a **possibilidade de rescisão do contrato** por ato unilateral e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do **não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e FGTS**, em relação aos empregados da contratada que participarem da execução do contrato;

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018

- I - exijam declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- IV – prevejam a verificação da comprovação mensal, por amostragem, pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- V - exijam a indicação de preposto da contratada para representá-la na execução do contrato;

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018**

/I – exijam que a contratada assegure aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho; e

/II – exijam a observância dos preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

# **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018**

**Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciária e FGTS, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.**

**2º Na hipótese prevista no § 1º, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.**



# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018

A fiscalização deverá solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, de forma a permitir que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, podendo ser fiscalizado mais de uma vez.

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JULHO DE 2018

A contratante poderá solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos.

Em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos deverão oficialar os órgãos responsáveis pela fiscalização.

# **DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018**

Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, e dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal.

<http://www.licitante.com.br/decreto-9488-registro-de-precos-caronas/>

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

A morte lenta da adesão à ata de registro de preços –  
reflexões sobre o novo Decreto federal nº 9.488/2018

Por Joel de Menezes Niebuhr

in

<https://www.zenite.blog.br/a-morte-lenta-da-adesao-a-ata-de-registro-de-precos-reflexoes-sobre-o-novo-decreto-federal-no-9-4882018/>)

O Decreto Federal nº 9.488/2018 alterou o Decreto Federal nº 7.892/2013, prescrevendo mais restrições, que, associadas aos precedentes do Tribunal de Contas da União, notadamente ao Acórdão nº 311/2018, praticamente inviabilizam ou dificultam muito as adesões”.

# **DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018**

Acórdão nº 1.487/2007 – TCU determinou que o Executivo Federal revisse as regras de adesão do Decreto nº 3.931/2001, que permitia adesões ilimitadas;

Acórdão nº 1.233/2012 – TCU determinou que soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital;

Acórdão nº 2.692/2012 - TCU permitiu que o novo limite para a adesão à ata de registro de preços somente valesse a partir de 31 de dezembro de 2012.

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013

a adesão precisa ser autorizada pelo edital e pela entidade que promoveu a licitação ;

fixou que o quantitativo decorrente de adesões não ultrapasse cinco vezes o registrado na ata;

deve ser justificada pelo aderente;

cada aderente pode contratar 100% do quantitativo registrado

e todas as adesões em conjunto não podem ultrapassar cinco vezes o quantitativo registrado na ata.

# **DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018**

Acórdão 757/2015 – Plenário – Relator BRUNO DANTAS

Eventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes deve estar devidamente motivada no processo administrativo.

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

Acórdão 311/2018 Plenário - TCU (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas)

Licitação. Registro de preços. Adesão à ata de registro de preços. Edital de licitação. Justificativa.

A inserção de cláusula em edital licitatório prevendo a possibilidade de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação **(“carona”) exige justificativa específica, bastreada em estudo técnico** referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação.



# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

A MOTIVAÇÃO NÃO PODER SER GENÉRICA, NÃO BASTA DIZER QUE A ADESÃO AMPLIARIA A ECONOMIA DE ESCALA.

Costuma-se alegar que sua inserção seria justificável porque traria alguma espécie de economia de escala. Todavia, trata-se invariavelmente de mera alegação genérica, sem nenhum lastro em estudos técnicos relacionados especificamente ao objeto que se deseja licitar e realizados preliminarmente à contratação que se almeja.” Acórdão 311/2018 Plenário - TCU (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas) (g.n.)

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

Até o Acórdão 311/2018 P, a adesão não trazia vantagens concretas para quem faz a licitação, mas também não lhe trazia desvantagens, depois esse julgamento passa a haver desvantagem, pelo menos com o tempo necessário para formular justificativas não genéricas, baseadas em estudo técnicos e não é tão simples fazê-lo.

A falta de justificativa técnica pode gerar responsabilização dos agentes da entidade que promove a licitação.

O que poderia servir como justificativa por parte de quem anula a licitação?

	Decreto nº 7.892/2013	Decreto nº 9.488/2018
Limite por aderente	100%	50%
Limite da soma de adesões	5 vezes quantidade ARP	2 vezes quantidade ARP
Possibilidade de adesão	Devia ser prevista no edital	Deve justificar a previsão
O carona deve	Justificar a sua vantagem	Realizar estudo - eficiência, viabilidade e economicidade
Autorização	Discrecionária do gerenciador	Gerenciador deve aprovar estudo realizado

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

“A entidade que promoveu a licitação não tem nada a ver com a entidade que pretende aderir, que lhe é, usualmente, um terceiro completamente estranho. Ela não tem condição de interferir nas razões e nas justificativas de terceiro”.

O Acórdão nº 311/2018 e o novo Decreto Federal alteraram esse quadro de modo profundo, atribuindo responsabilidade a quem prevê em edital e autoriza a adesão”. (Joel de Menezes Niebuhr, in [https://www.zenite.blog.br/a-morte-lenta-da-adesao-a-ata-de-registro-de-precos-reflexoes-sobre-o-novo-decreto-federal-no-9-4882018/#\\_ftn12](https://www.zenite.blog.br/a-morte-lenta-da-adesao-a-ata-de-registro-de-precos-reflexoes-sobre-o-novo-decreto-federal-no-9-4882018/#_ftn12))

# **DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018**

Orientações gerais sobre novas regras para contratação por registro de preços

Publicação: Quinta, 04 de Outubro de 2018, 23h00

<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

Orientações em relação a aplicabilidade do Decreto nº 7.892/13:

a) **Quanto à regra do §1º-A, art. 4º:** por se tratar de regra processual, a nova redação aplica-se a **todas** as publicações da manutenção de Registro de Preços (IRP).

*Art. 4º (...)*

*§ 1º-A O prazo para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar de IRP será de oito dias úteis, no mínimo, contado da data de divulgação da IRP no Portal de Compras do Governo federal.*

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

b) Quanto aos estudos mencionados nos §§ 1º-A e 1º-B, art. 22: por se tratar de regra de eficácia limitada, **somente serão exigidos após a edição de ato normativo do Secretário de Gestão**. Futuras adesões e aquelas que estão em andamento não são atingidas pela regra.

**Importante:** esclarece-se que o dispositivo não trata de aprovação de estudo pelo gerenciador, mas sim de **critérios/regras que deverão ser obedecidas pelos caronas como condição para que possam solicitar adesão às ARPs**. Não é instrumento de validação, mas de padronização.

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

Art. 22 (...)

§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 1º-B O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal.



# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

**) Quanto às regras dos §§ 3º e 4º, art. 22: serão aplicáveis somente nos editais publicados após a entrada em vigor do Decreto, permanecendo inalteradas as adesões posteriores às atas decorrentes de editais publicados ainda sob a égide da disposição original do Decreto nº 7.892/13.**

**Art. 22 (...)**

*§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.*

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

*§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.*

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

**d) Quanto às regras dos §§ 10 e 11, art. 22:** atingem somente os novos processos, salvo edição de ato normativo do Secretário de Gestão em contrário.

**Art. 22 (...)**

**§ 10.** *É vedada a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação por meio de adesão a ata de registro de preços que não seja:*

*I - gerenciada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou*

*II - gerenciada por outro órgão ou entidade e previamente aprovada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.*

# DECRETO Nº 9.488, DE 30/08/2018

*§ 11. O disposto no § 10 não se aplica às hipóteses em que a contratação de serviços esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constante da mesma ata de registro de preços.*

# COTA DE APRENDIZAGEM

Notícia Portal de Compras Governamentais - de 13/09/2018 -

## **DECLARAÇÃO COTA APRENDIZAGEM – Art. 429 CLT:**

Informamos que a partir de 13/09/2018, deverá ser apresentada uma nova Declaração, a ser preenchida pelos fornecedores, no cadastramento da proposta de preços para os itens de licitação nas modalidades Pregão e RDC, na forma eletrônica de realização. Assim atentem-se quando ao correto preenchimento, sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no Art. 429 da CLT.” (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/990-declaracao-cota-aprendizagem-art-429-clt>)

# COTA DE APRENDIZAGEM

PARECER n. 00001/2018/CPLC/PGF/AGU

O ART. 16 DO DECRETO Nº 5.598, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005 PRESCREVE QUE A APLICAÇÃO DO ART.429 DA CLT AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL EXIGE ATO NORMATIVO REGULAMENTADOR ESPECÍFICO; CONTUDO, TAL REGULAMENTAÇÃO AINDA NÃO FOI EDITADA.

# Acórdão 1455/2018

**Notícia Acórdão 1455/2018: editais e contratos devem conter informações relativas aos preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais** - Publicado: Sexta, 24 de Agosto de 2018, 19h23

Em atenção ao Acórdão 1455/2018 – TCU - Plenário, a Secretaria de Gestão orienta os órgãos integrantes do Sisg quanto à necessidade de observância dos comandos estabelecidos nos subitens 9.7.1. e 9.7.2. da referida decisão, para que, no momento da elaboração dos termos de convênios, editais e contratos custeados com recursos federais, sejam incluídas as seguintes informações:

# Acórdão 1455/2018

9.7.1. os proponentes, licitantes e contratados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, a exemplo do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, quando participarem de licitações públicas; 9.7.2. o descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.”



# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES/MP Nº 05/2017

ANEXO VII-F MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

2. Regras estabelecendo que nas eventuais prorrogações dos **contratos com dedicação exclusiva de mão de obra**, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação. (g.n.)

ANEXO IX DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

9. A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES/MP Nº 05/2017

O que são custos não renováveis já pagos ou **amortizados** no primeiro ano da contratação?

Lista exemplificativa: salário maternidade, salário paternidade, ausências legais, auxílio doença, acidente de trabalho, aviso prévio trabalhado e indenizado, provisionamento para rescisão, depreciação e instalação de equipamentos, dentre outros, a depender da especificidade da contratação.

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES/MP Nº 05/2017

## CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

O gestor do contrato deve avaliar todos os custos que não foram utilizados e fazer a supressão e caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional” ([Nota Técnica nº 652/2017- Delog/Seges/MP](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/NotaSEI-652-2017.pdf), in <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/NotaSEI-652-2017.pdf>)

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA/SEGES/MP Nº 05/2017

19. Em relação à possibilidade de discriminação dos encargos trabalhistas que constituem custos fixos não renováveis quando das prorrogações contratuais, entende-se relevante, de modo que será recepcionado quando da elaboração do caderno de logística que trata da planilha de formação de preços...”(

[Nota Técnica nº 652/2017- Delog/Seges/MP](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/NotaSEI-652-2017.pdf), in <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/NotaSEI-652-2017.pdf>)

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

AVISO PRÉVIO TRABALHADO E INDENIZADO –

LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.

Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

# **CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS**

**PRÉVIO TRABALHADO E INDENIZADO –  
NA PRORROGAÇÃO (não na repactuação)**

**DEVE-SE:**

**- PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO**

**27/08/2012 - APLICABILIDADE DA LEI Nº 12.506,**

**DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 - COMUNICA**

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

O VALOR PREVISTO A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO DEVERÁ CONSIDERAR-SE (TRÊS) DIAS PARA CADA ANO DE PRORROGAÇÃO, ATÉ O LIMITE DE 12 (DOZE) DIAS, PERFAZENDO UM TOTAL DE 42 (QUARENTA E DOIS) DIAS, VISTO QUE O INCISO II DO ART. 57 DA LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PERMITE QUE OS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS SEJAM PRORROGADOS ATÉ UM LIMITE DE SESENTA MESES, CASO OS PREÇOS E CONDIÇÕES SEJAM MAIS VANTAJOSOS PARA A ADMINISTRAÇÃO. DESSA FORMA, A METODOLOGIA REFLETIRÁ O PRAZO DE AVISO PRÉVIO QUE O EMPREGADO ACUMULA NO PRIMEIRO ANO E NOS SEGUINTE DO CONTRATO”.(G.N.)

# **CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS**

**CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS – AVISO PRÉVIO NA PRORROGAÇÃO DEVE-SE:**

**I - PELO TCU – DEVE-SE EXCLUIR:**

**AVISO PRÉVIO TRABALHADO - ACÓRDÃO Nº 1.904/2007-P, 3006/2010-P, 1186/2017 - PLENÁRIO.**

**AVISO PRÉVIO TRABALHADO E INDENIZADO - ACÓRDÃO Nº 1.633/2014.**



# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

## AVISO PRÉVIO

I - PELO TCU - ACÓRDÃO 1186/2017 - PLENÁRIO -

A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/2011” (g.n.)  
Ver também ACÓRDÃO 1586/2018 – PLENÁRIO)

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

AVISO PRÉVIO TRABALHADO

II – DIRIMINDO A CONTROVÉRSIA

[Nota Técnica nº 652/2017- Delog/Seges/MP](https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/NotaSEI-652-2017.pdf), in <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/NotaSEI-652-2017.pdf>

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

33.2. Que os eventos "passíveis" de eliminação total ou parcial (custos não renováveis), no que tange ao módulo da rescisão, quando da prorrogação contratual, são: Aviso Prévio Indenizado; Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; e Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado, considerando que depende da verificação pelo gestor se esses custos foram pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, conforme declinado neste documento;"

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

33.3. Que o evento “multa do FGTS” - seja para aviso prévio trabalhado ou indenizado - não são considerados custos não renováveis, tendo em vista que esses custos são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, para efeito de cálculo de formação de preços para contratação dos serviços terceirizados;”

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIV/SEGES Nº 07, DE 20/09/ 2018

Alterou a IN/SEGES nº 05/2017 - no Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários do ANEXO VII-D - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS foi acrescentada a Nota 3:

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das **férias remuneradas** ao final do contrato de 12 meses. **Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável**". (G.N.)

Nos Cadernos Técnicos somente consta essa referência à custos não renovável

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

MINUTA DA AGU - CONTRATO DE SERVIÇO COM D.E

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

Nota explicativa: Item 5.2 foi acrescentado em virtude do Acórdão TCU Plenário n. 1186/2017.”

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

MINUTA TR – VIGILÂNCIA -DA CP MINUTAS

9.14.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.”

# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

Nota explicativa: Os itens acima foram acrescentados em virtude do Acórdão n. 1186/2017- TCU-Plenário e das orientações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em relação aos impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração, com base na Nota Técnica nº 652/2017-MP (Disponível em....)”



# CUSTOS NÃO RENOVÁVEIS

Nota explicativa: O TCU considera que os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado da planilha de composição de preços da Administração são de 1,94% e 0,46% respectivamente (Acórdãos n. 1904/2007 - Plenário, n. 3006/2010-Plenário e n. 11186/2017-Plenário). Recomenda-se que a adoção de metodologia de cálculo diversa seja devidamente demonstrada no processo em memória de cálculo com esclarecimentos.”

SORAYA BUENO DO NASCIMENTO ARANTES

[soraya.arantes@agu.gov.br](mailto:soraya.arantes@agu.gov.br)

62 - 36127279